



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ALESSANDRO GUEDES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 25/09/2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro aberto os trabalhos da 17ª audiência pública de 2019, a terceira sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Informo que a reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo endereço: www.saopaulo.sp.leg.br link auditórios online. Informo também que o convite para esta audiência foi publicado no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* de 19 a 25 de setembro de 2019, e em dois jornais de grande circulação: O Estado de S. Paulo, dia 20/09/2019 e na Folha de S. Paulo, dia 23/09/2019.

Esta audiência foi convocada para atender o disposto no art. 9º § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Foram convidados para esta audiência, e já os convido a compor a Mesa, o Secretário Municipal da Fazenda, Sr. Philippe Duchateau; a Sra. Claudia Bice Romano, Chefe da Assessoria Econômica; o Sr. Emerson Onofre Pereira, Contador Geral Secretaria da Fazenda; e o Sr. Marcos Chust, representante do TCM para compor a Mesa.

Ainda foram convidados: a sociedade em geral e os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo.

Informo que as inscrições para os pronunciamentos devem ser feitas junto à secretaria da Comissão, a nossa esquerda.

Anuncio a presença do Vereador Isac Félix.

Senhores, bom dia, eu queria cumprimentá-los. Cumprimentar especialmente o Secretário pelo retorno a esta Casa.

Hoje é um dia bastante corrido porque, em seguida a audiência, haverá uma oitiva com representantes de SMADS e do Comas, a pedido da Vereadora Soninha, temos de tratar de toda pauta da Comissão de Finanças. Então para que não tenhamos desperdício de tempo, vou encerrar a minha fala e passar a palavra para que o Secretário possa começar a nossa

importante audiência.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU - Bom dia, Presidente, Vereador Isac Félix. Mais uma vez é uma satisfação estar aqui cumprindo o que preconiza o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é fazer demonstrações quadrimestrais das receitas, despesas e resultados, dívidas e limites das contas da Prefeitura de São Paulo. Vamos aos dados e depois me coloco à disposição para dúvidas e comentários.

Primeiro *slide*, por favor. Bom, esse primeiro quadro, como de costume, são as nossas receitas de forma consolidada, diferenciadas em Receitas Correntes e Receitas de Capital. Nesse quadrimestre estamos atendendo às disposições regulamentares e destacando a receita intraorçamentária, que é aquela que gira dentro da Prefeitura, principalmente às contribuições ao custeio da Previdência.

Então no total, de janeiro/agosto, no segundo quadrimestre do ano foram arrecadados R\$ 40,759 bilhões, o que representa um crescimento de 10% em relação ao mesmo período do ano anterior, com o valor de R\$ 37,08 bilhões. As Receitas Correntes com seus R\$ 37,607 bilhões, cresceram 9,8%, a mesma taxa de crescimento das Receitas de Capital, com um valor de R\$ 1,634 bilhões.

Nos próximos quadros vão abrir as informações das Receitas Correntes e das Receitas de Capital para verificarmos os pormenores.

Agora darei um destaque sobre a diferenciação que costumamos fazer em relação às Receitas Correntes. Uma parcela das Receitas Correntes são não recorrentes, é aquele tipo de receita que você não encontra recorrência ao longo dos anos. Principalmente aqui, neste ano, o que nós temos como receita não recorrente é produto de parcelamentos. Eles somaram R\$ 512 milhões de janeiro/agosto de 2019. São parcelamentos dos programas de parcelamento incentivado, das dívidas tributárias e não tributárias parceladas por previsão legal. São 512 milhões contra 648 milhões, e é natural que assim aconteça porque o saldo dos parcelamentos vai diminuindo, o número de parcelas, ao longo do tempo, vai diminuindo porque a maior parte do montante foi sendo paga, ao longo do tempo. Então as receitas

recorrentes tiveram crescimento ligeiramente superior aos 9,8%, alcançaram 10,4% de crescimento em relação ao ano anterior.

No próximo *slide* temos a primeira abertura das Receitas Correntes: impostos, taxas e contribuição de melhoria; e depois vamos abrir os principais impostos da Prefeitura; as Receitas de Contribuições; a Receita Patrimonial; a Receita de Serviços; a Receita de Transferências; e outras receitas correntes. Quanto a impostos, taxas e contribuições houve crescimento de 13%, R\$ 22,978 bilhões. Nós vamos ver os principais impostos em *slide* posterior.

As Receitas de Contribuições estão crescendo muito, 22,9%, o valor é R\$ 1,488 bilhões. É importante destacar a o crescimento das Receitas de Contribuições referente ao regime de Previdência, sejam as contribuições de servidores, sejam as contribuições patronais, estão crescendo em função da reforma da Previdência aprovada em dezembro de 2018. A contribuição dos servidores aumentou de 11% para 14%; e a contribuição patronal aumentou de 22% para 28%. Esse efeito todo, ao longo do ano, explica boa parte do crescimento de 23% em relação ao mesmo período do ano anterior, uma vez que, no ano anterior, de janeiro/agosto as alíquotas ainda não eram 11% e 22% respectivamente.

A Receita Patrimonial também crescendo bastante, 22%. Aqui se deve a dois grandes grupos: principalmente às aplicações financeiras e ao crédito-quilômetro que é a contribuição de meios de transporte por aplicativos. Metade desse crescimento é explicado pelo crescimento da receita do crédito-quilômetro.

A Receita de Serviços também crescendo 20%, R\$ 156 milhões; Receitas de Transferência já é um valor mais acomodado, 4,9%. E aqui destaco as outras receitas correntes: R\$ 1,303 bilhão de janeiro/agosto contra R\$ 1,532 bilhão janeiro/agosto do ano anterior. Então estamos com 232 milhões de queda em relação ao ano anterior. E R\$ 260 milhões estão sendo devido à queda na receita de multas de trânsito. Houve uma baixa significativa de janeiro/agosto quando comparado a janeiro/agosto do ano anterior. Boa parte das obras de recapeamento da Cidade fez com que os radares tivessem de ser desligados e

religados novamente para se adaptarem em um novo asfaltamento. Isso fez com que houvesse certa demora no religamento dos radares e provocasse essa queda, entre outras questões identificadas. E boa parte dessa receita se explica por essa diminuição nas receitas de multas de trânsito.

No próximo está o detalhamento mais aprofundado sobre os principais impostos: IPTU, ISS, ITBI, imposto de renda, o Fundo de Participação dos Municípios, ICMS e IPVA. Percebam que as receitas geridas pela Prefeitura - como IPTU, ISS e ITBI - estão crescendo significativamente, já o imposto de renda um pouco menos, vou explicar mais à frente. E as transferências Constitucionais, àquelas advindas da União ou de impostos estaduais, estão crescendo modestamente acompanhando a inflação ou um pouco acima.

O IPTU está crescendo 13% e esse crescimento se deve principalmente a três fatores. Estamos observando felizmente queda na inadimplência dos pagamentos do IPTU, de aproximadamente 1% com relação ao mesmo período anterior. Houve também, esse ano, aumento significativo no pagamento dos valores à vista. Então, por enquanto, é só um efeito sazonal desse acréscimo na arrecadação observada no começo ano. E também há a recuperação de cobrança de exercícios anteriores. Esse também é outro ponto percentual explica os R\$ 80 milhões a mais de janeiro/agosto em relação à janeiro/agosto do ano anterior.

Vale lembrar que boa parte dos imóveis ainda está usufruindo dos benefícios das travas. A revisão da PGV de 2013 se limitou a que o valor de atualização ficasse sujeito no máximo a 10% para imóveis residenciais; e 15% aos não residenciais. Então ainda há muitos imóveis usufruindo desse benefício, fazendo com que as taxas naturalmente sejam mais elevadas. A diferença em relação às taxas de crescimento dos anos anteriores se deve aos fatores que já comentei: inadimplência, aumento do pagamento à vista, recuperação de lançamentos de exercícios anteriores e maior efetividade na cobrança.

Imposto Sobre Serviços também vem crescendo fortemente, 12,8%, um pouco menos do que observado no período anterior. Aqui boa parte desse crescimento se deve às ações de fiscalização e também à retomada de setores importantes da nossa receita do ISS,

como: instituições financeiras, serviços de informática e até mesmo o Simples Nacional que vem crescendo a taxas bastante significativas.

O ITBI também tem crescimento robusto, 17%, e $\frac{1}{4}$ desse crescimento basicamente deve ser do recolhimento atípico observado em fevereiro de 2019. De tempos em tempos há algumas transferências patrimoniais muito grandes entre proprietários, e a receita do ITBI sobe, acompanha esse reflexo. Mas nós ainda estamos muito longe do potencial de arrecadação de antes da crise imobiliária dos anos de 2014/ 2015/ 2016. Se compararmos com 2014, quando se observa apenas a arrecadação nominal, se mostra crescimento, mas naquela época o ITBI era 2%. De 2014 para 2015 passou a ser 3%, e se colocássemos a alíquota 3% em 2014 perceberíamos que ainda estamos em patamar de arrecadação muito aquém, muito abaixo do seu potencial. O mercado imobiliário está retomando, mas a nossa arrecadação ainda não chegou aos patamares observados lá atrás.

Bom, por que o imposto de renda está crescendo tão pouco quando a folha de pagamento cresce 10%? É importante lembrar que o aumento da contribuição dos servidores é deduzido do imposto de renda. Então esse efeito que observamos no aumento das contribuições dos servidores tem o seu contraponto na arrecadação do imposto de renda. Então é por isso que só está crescendo 5,4%. Esse é um pouco da decomposição desses efeitos no aumento da contribuição dos servidores de 11% para 14%.

O Fundo de Participação dos Municípios acompanha o crescimento das receitas dessa cesta de impostos federais. O ICMS nós estamos percebendo de longa data cresce mal cobrindo taxas fracionárias. E o IPVA, este ano, teve uma ligeira retomada na compra e venda de carros usados, o que faz com que o crescimento seja um pouquinho maior do que a inflação, 5,7% contra um crescimento de 2,3% observado mesmo período do ano anterior.

O próximo são as Receitas de Capital. Até a visão do quadrimestre anterior observávamos queda, mas neste quadrimestre observa-se um ganho de 10%, de 9,8% explicado principalmente pelas operações de crédito, a transferência de capital sendo dedutível desse crescimento; e as outras receitas de capital, principalmente oriunda das receitas de

outorgas onerosas. Operação de crédito: R\$ 111 milhões entraram basicamente do financiamento do Programa Habitacional Casa da Família, R\$ 100 milhões de reais operação realizada com o Banco Santander; e R\$ 11 milhões do Plano de Modernização da Administração Tributária, lançamento pelo BNDS de auxílio na modernização do fisco.

As transferências de capital, R\$ 516 milhões de janeiro/agosto do ano anterior, contra os R\$ 403 milhões, essa queda brusca de 22% é reflexo das sensíveis diminuições de transferência de recursos do Governo Federal: do PAC, do Minha Casa Minha Vida, basicamente entrando quase nada, este ano, contra um valor de aproximadamente 200 milhões observado no mesmo período anterior.

E Outras Receitas de Capital, faço aqui um destaque: R\$ 539 milhões contra R\$ 264 milhões, um crescimento muito robusto, praticamente dobrou. Esse crescimento deve-se principalmente ao aumento da arrecadação com as outorgas onerosas. Em relação ao mesmo período anterior foram 280 milhões a mais na arrecadação de janeiro/agosto 2018 contra janeiro/agosto deste ano.

No próximo estão Despesas. Há o quadro geral das nossas despesas, o crescimento das nossas despesas em 6,5%. As despesas correntes crescendo 6,1%; as despesas de capital, 2,8%. E esse crescimento robusto da despesa intraorçamentária é aquilo que eu disse: é essa circulação por dentro da receita das contribuições para a previdência, custeando o pagamento dos inativos, 22%, explicado principalmente por causa do efeito da majoração das alíquotas, decorrentes da reforma previdenciária.

Aí é uma abertura das despesas correntes. Há pessoal encargos, juros encargos da dívida e outras despesas correntes. Tais despesas é o custeio normal das atividades de prestação de serviço da Prefeitura. Pessoal encargos está crescendo 6%, e esse crescimento é derivado de duas partes: os ativos crescendo muito menos, enquanto que os inativos já, de longa data, a gente está observando isso, e todos os nossos relatórios atuariais, todas as nossas projeções futuras sobre o regime previdenciário mostram que há uma idade média muito alta do nosso quadro de pessoal, e, portanto, um crescimento da massa de inativos

muito grande nesses anos e, para os próximos anos, também. Então, essas taxas de dois dígitos no crescimento das despesas com inativos ainda vão perdurar por algum tempo.

Os ativos, por sua vez, têm um crescimento mais modesto, de 3%, aqui principalmente recebendo os efeitos da revisão das leis aprovadas no final do ano passado, que agora têm o efeito cheio, comparado com o ano anterior. Principalmente aqui, o que está puxando o crescimento é a gratificação do trabalho policial da Guarda oferecido na lei aprovada no final do ano de 2018.

Juros e encargos da dívida estão caindo e é natural que caiam, porque nós estamos naquela fase final de amortização da nossa dívida com a União, quando a parcela de juros é cada vez menor e a parcela da amortização é cada vez maior. A gente vai ver isso nas despesas de capital. Então, esses 3,5% de queda deve-se, primordialmente, a esse efeito.

O custeio está crescendo 6,7%. Basicamente é um aumento na prestação de serviços, principalmente na Saúde, com a ampliação dos equipamentos, e na Educação, com a ampliação das entidades conveniadas, principalmente com o atendimento da Educação Infantil.

Estamos aqui nas despesas de capital. Há R\$ 2,568 bilhões. Basicamente é crescimento de 3% nos investimentos liquidados, e crescimento modesto de 4% na amortização da dívida. Essa é aquela contraparte que eu havia mencionado, sobre a redução dos juros, diminuição da parcela de juros e aumento da parcela de amortização.

Então, a gente viu, no quadrimestre anterior, um nível menor de execução de investimento. Visa ao primeiro quadrimestre de 2018 e agora, nesse segundo quadrimestre, a gente já vê aquilo que já havia antecipado na oportunidade anterior, de uma retomada nos investimentos. Essa dilatação do prazo, esse aumento da atividade principalmente observada agora, a partir desse segundo semestre, é fruto de toda revisão que o Governo promoveu, os senhores acompanharam, do nosso plano de metas e a reorganização do orçamento, para viabilizar os investimentos do plano.

Esse *slide* aqui mostra um pouco como se evoluiu o estoque de restos a pagar. Nós viramos o ano com 2,8 bilhões de reais. Pagamos 2,200 e 485 as unidades cancelaram; e

ainda restam 126 milhões de restos a pagar, processados ou não processados. Basicamente esse valor está concentrado na Secretaria da Educação, principalmente os investimentos que ainda estão sendo executados ou sendo medidos ao longo desse quadrimestre.

Vamos agora aos resultados? O primeiro é o resultado orçamentário consolidado. Então, as nossas receitas de janeiro a agosto somaram 40,759 bilhões, das quais 7,617 bilhões como receitas correntes; 1,634, receitas de capital, execução orçamentária de 1,519. Então, estamos com receitas de 40,759 bilhões. Na despesa liquidada, 34,503, majoritariamente 30 de despesas correntes, 2,569 de capital. Então, o resultado orçamentário por período é de 6,256 bilhões. É natural esse resultado orçamentário. Todos sabemos que há esse acréscimo de receitas no começo de ano, especialmente por conta dos pagamentos à vista do IPTU, e o final do ano, com as despesas de folha, 13º, principalmente 13º. Então, esse aumento da receita no começo e esse aumento da despesa no final do ano deriva a sazonalidade que a gente observa no resultado orçamentário. Então, esse resultado 6,256 bilhões será diminuído ao final desse último quadrimestre.

Aqui a gente está apresentando o resultado primário e nominal. Nossas receitas primárias são 37,158, na parte corrente; 1,507 bilhão, a parte de capital e uma receita primária total de 38,665 bilhões. Quanto a despesas primárias totais, aqui o conceito é pelo valor pago. Então, por isso que a gente já observa as despesas pagas do exercício como restos a pagar, sejam eles processados ou ainda não processados. Há 32,416 bilhões de despesas; resultado primário de 6,250 bilhões, muito em linha com o resultado orçamentário, pelos mesmos motivos que eu expliquei, da sazonalidade das contas do município.

Nossa meta fiscal definida, na LDO, é de 765, mas é de 65 para 31 de dezembro deste ano. Então, é natural esse valor acima do valor da meta, por conta da sazonalidade. Para se chegar ao resultado nominal, no conceito acima da linha, a gente acrescenta aqui, aos resultados apurados, o valor dos rendimentos financeiros, juros, encargos e variações monetárias ativas, sejam juros e encargos dos ativos da Prefeitura. Basicamente é o rendimento financeiro das nossas disponibilidades de caixa, e as despesas com juros,

encargos e variações monetárias dos passivos. Basicamente o que a gente está falando é sobre todo juro e correção monetária das nossas dívidas, sejam as nossas dívidas contratual, com a União, os contratos de financiamento ou o pagamento de precatórios.

Então, acrescentando esses 554 e deduzindo esses dois bilhões, chamamos ao resultado nominal, 4,804 bilhões, um resultado nominal positivo, quando a meta autorizada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias é chegar, ao final do ano, com um *déficit* de 2,296. Volto a dizer que essa discrepância tão longa também decorre dos efeitos sazonais dos resultados orçamentários.

Quanto aos nossos limites, despesa com pessoal, o nosso limite máximo é 60. O prudencial é 57. Estamos muito longe desse limite, com menos de 37% das despesas apuradas sobre a receita corrente líquida, e aqui é importante observar que não há sazonalidade. É o período apurado em doze meses.

Quanto aos limites de garantia, nós estamos apenas com 0,16% sobre o total que nos é permitido, que são 22%, e o desembolso também com operação de crédito é bem baixo; operações de créditos externos e internos é 0,19 contra 16%, e a antecipação de receita nós não fazemos. Então, todos os limites estão atendidos. A receita corrente líquida, que baliza todos esses limites, apurada, nos últimos doze meses, é quase 52 bilhões de reais.

Quando a gente observa a nossa evolução da dívida consolidada em relação à receita corrente líquida, a gente observa que continua a trajetória de ajuste de redução dos nossos ativos. Estamos a 57% contra o período fechado no ano anterior. Era de 73%, e esse gráfico mostra a trajetória da redução. De 2015 para 2016, esses saltos enormes devem-se à renegociação feita da Prefeitura com o Governo Federal, sob o estoque da dívida financiada pela União.

A gente trouxe aqui a comparação sem os efeitos sazonais. Ou seja, quando a gente compara sempre o mesmo mês com os meses anteriores, a gente também observa essa redução.

Então, para tirar dúvidas de que há, de fato, uma redução em curso, do nosso

endividamento, a gente trouxe esse quadrinho aqui, para mitigar os efeitos da sazonalidade dos resultados da Prefeitura.

Sr. Presidente, fico à disposição para os comentários, para as dúvidas e para o debate sobre as contas do município.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Secretário.

De pronto, tem a palavra para o Sr. Marcos, representante do TCM.

O SR. MARCOS CHUST – Bom dia a todos. O que dá para perceber da apresentação do Sr. Secretário é que o pior da crise já se passou ou está passando. O incremento nas receitas de impostos chama atenção. São 13% de aumento. O ISS notadamente começou a crescer muito a partir do terceiro bimestre.

Eu fiz uma projeção até o final do ano, comparando com 2018. Em 2018, se a gente pegar a diferença entre o que a Prefeitura arrecadou e tudo o que ela pagou, incluindo os restos a pagar, há uma sobra de 1,2 bilhão, e, numa projeção feita para 2019 até o fim do ano, como as receitas estão avançando em ritmo maior do que a despesa, nós estamos com um número, mais ou menos, de, pelo menos, 2,5 bilhões de sobra, entre o que vai ser arrecadado e tudo o que vai ser pago.

Então, nesse sentido, eu reafirmo que parece que o pior da crise passou. Agora a gente tem realmente os desafios, de estar aumentando os investimentos. Eles estão no mesmo nível dos de 2018. Precisam ser incrementados. Inclusive já há autorização de operações de crédito, com cerca de dois bilhões. Acho que isso também vai dar, quando começaram a arrecadar, para valer, isso vai também dar um impulso. E quanto às metas de resultado primário e nominal como a receita – volto a dizer – está avançando mais que a despesa, eles vão ser atingidos como folga. Essa é a percepção, quer dizer que nós, pelo menos, estamos saindo do pior.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado. Anuncio a presença da Vereadora Soninha.

Sr. Secretário, referente ao recursos previstos do BID para a saúde, que foi assinado pelo Prefeito em Nova York e que tem uma previsão de investimento na saúde aqui; eu não vi, em nenhum momento, ele ser mencionado nesta apresentação. Outra questão é que a gente ainda vê que a Cidade sofre com baixo investimento, principalmente se a gente comparar ao governo passado, ao ano de 2016, por exemplo, a gente vê que é muito baixo o investimento. A gente vê que o orçamento da Prefeitura não para de crescer, mas o investimento é muito baixo.

Então, como explicar isso para a população, principalmente diante de uma queixa que é geral hoje na Cidade? Se você anda no Governo Municipal, seja ele na Subprefeitura, seja na Secretaria, ou entre nós Vereadores a questão dos congelamentos é muito séria, a gente tem sofrido muito com isso, a ponto de o Secretário Mauro Ricardo ter sido chamado de Frozen pelos Vereadores da Câmara, apelidado, porque ele congela tudo, a gente não consegue avançar com o investimento na Cidade porque tudo o que a gente vai tratar, tudo o que a gente acompanha, tem sofrido com o congelamento.

Isso é um problema sério, e reiteradamente a gente não vê um salto de investimento na Cidade, diante de tanta situação dramática, ao sair então e começar a andar pelos quatro cantos da Cidade. Então, eu queria saber, em relação ao baixo investimento, quando a população vai poder sentir de verdade o Poder Público presente, com investimento, com infraestrutura, seja ela na área que for.

Também eu não vi o senhor mencionar - se mencionou, eu peço desculpa, mas eu quero que volte ao assunto – referente aos recursos recuperados pela CPI da Câmara Municipal, cujos Vereadores fizeram um trabalho fantástico e conseguiram recuperar muitos e muitos milhões de reais para o Município. A expectativa inclusive é que cresça a arrecadação na Cidade, porque muitas dessas empresas mudaram seu domicílio para a cidade de São Paulo, para poder contribuir com o ISS da cidade de São Paulo. Eu gostaria que o senhor fizesse referência a essas perguntas.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Obrigado pelas colocações, e vamos às dúvidas.

Recursos previstos do BID, de fato, o financiamento do BID para a saúde assinado são 100 milhões de dólares, com contrapartida do mesmo valor do Tesouro, ao longo de cinco anos de execução. Não estão aqui, não apareceram aqui porque não houve ainda qualquer desembolso, de janeiro a agosto. Mas para esse quadrimestre estão previstos desembolsos da ordem de R\$ 90 milhões, no ano que vem mais R\$ 139 milhões; depois, diminuindo um pouco o volume, R\$ 52 milhões para 2021; R\$28 milhões para 2022; e R\$ 15 milhões para 2023.

Esse é o cronograma de desembolso, que é mais forte no começo, porque ele é muito carregado em investimentos; e depois as melhorias e modernização do sistema sendo feitas ao longo dos anos. No próximo quadrimestre, provavelmente o senhor verá os desembolsos aparecendo na execução dos investimentos.

Sobre o investimento baixo congelado. De fato, houve um congelamento significativo da ordem de R\$ 6 bilhões; mas, se comparado com o congelamento do início de 2018, ele foi 40% menor. Enquanto que, no começo do ano de 2018, foram congelados R\$ 10 bilhões; este ano, foram congelados R\$ 6,8 bilhões.

Todo congelamento no começo do ano atende a dois principais fatores: primeiro, é congelar aquele recurso que, por ora, é uma expectativa. Então, por exemplo, um financiamento que está previsto na lei orçamentária, mas ainda não aconteceu, começa congelado, aguardando a assinatura do contrato, para evitar que as Secretarias tenham dotações à disposição para empenhar recursos numa fonte financeira que ainda não está viabilizada. Transferências, assinatura de convênios com União, com os Estados, também têm uma boa parte disso; ou, por exemplo, as receitas decorrentes da desestatização, venda de ativos ou as outorgas das concessões. Essas receitas nascem congeladas, aguardando a sua viabilidade, o seu ingresso, para aí sim você permitir que as unidades reservem recursos para a sua execução.

Outra parte do congelamento é um congelamento prudencial dos recursos do Tesouro. Na montagem do orçamento, estima-se uma arrecadação prevista, um crescimento da arrecadação normal; mas a gente vai acompanhando o cenário econômico para ver se não

tem nenhuma crise no ar que possa frustrar o crescimento previsto, e vão havendo os descongelamentos.

No começo do ano, houve um terceiro fator que influenciou o volume de recursos. Mas, volto a dizer, congelou R\$ 6 bi, enquanto que no ano anterior congelou R\$ 10 bilhões. Esse terceiro fator foi uma acomodação dos investimentos para as novas diretrizes do Plano de Metas, entregue no começo do ano.

Então houve uma nova priorização na metade dessa gestão, fizemos um replanejamento observando aquelas metas que estavam concluídas, acrescentando novas metas, reorganizando o planejamento da Cidade e aqueles recursos pulverizados e milhares de projetos foram congelados, para ter uma clareza melhor sobre as novas prioridades do Plano de Metas e poder fazer esse redirecionamento. Foram esses três fatores que motivaram o contingenciamento da ordem de R\$ 6 bilhões.

Como estamos hoje? Aquela parte do Tesouro praticamente está descongelada, tem muito pouco de recurso congelado. Há dotações disponíveis para serem empenhadas e executadas de quase R\$ 4 bilhões de reais para investimento. É aquilo que a gente estava dizendo. Se olharmos a fotografia do segundo quadrimestre, num investimento mais ou menos empatado, com o mesmo volume do ano interior, mostra uma fotografia não muito boa. Mas se a gente olhar o filme, como estamos evoluindo? Do primeiro quadrimestre para esse segundo quadrimestre, a gente percebe que está havendo um aumento no ritmo da execução. Se a gente observar os investimentos empenhados, seria um crescimento muito maior do que esse que está aí.

Só para citar um exemplo que está aos nossos olhos: o Anhangabaú, que está em obras, praticamente tem pouca liquidação: despesas de drenagem, despesas de construção de unidades habitacionais, estão ali com empenho e aguardando a medição para a execução. Então a gente está observando esse ritmo de crescimento sendo retomado. Volto a dizer que há aproximadamente R\$ 4 bilhões de dotação livre de investimento para sua execução.

Os congelamentos foram necessários no começo do ano; o saldo congelado agora

do Tesouro mesmo é muito baixo, muito residual, e permanecem congeladas aquelas outras despesas que estavam lastreadas em receitas e que ainda precisavam aguardar a sua viabilização, como as receitas de desestatização e as receitas de operações de crédito. Aí sim você vai ver um volume maior.

Esse quadro congelado a gente pode depois abrir, trazer para os senhores, essa visão de como está hoje a fotografia e as razões dos seus congelamentos. Hoje, há aproximadamente 4 bi de dotação disponível, para ser mais preciso, 3 bi e oitocentos. Se a gente considera aporte de capital e 3 bi setecentos, a gente desconsidera aporte de capital. Três bi de dotação disponível, quando eu digo dotação disponível, o total de recursos que você pode alcançar de empenho. Então ainda tem aí um bi e pouco de execução. Mais de 2 bilhões disponíveis para à execução e boa parte disso está empenhados com as obras contratadas em execução.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Provavelmente na próxima LRF conseguir enxergar esse investimento.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU - Sem dúvida é bom. Com orçamento fechado. Mas antes disso podemos passar para os senhores essa visão das coisas que estão empenhadas e tudo. Mas certamente vamos ver um crescimento em relação ao mesmo período executado no ano anterior.

CPI, acho que o terceiro ponto. De fato entraram 300 milhões de reais. Ele explica aquele crescimento - vou recuperar aqui o slide do crescimento do ISS como um todo - onde mostra ali os recursos dos principais impostos, nós estamos com uma arrecadação de Janeiro/agosto de 10.481 milhões contra 9.292. Em termos nominais, um bi 180 milhões. Desse um bi 180, 300 milhões vieram da CPI. O outro é crescimento da atividade econômica e também ação fiscal da Secretaria da Fazenda... 300 milhões desse um bi e quase 200 é da CPI. Nesse crescimento nominal. Ele é importante, mas, evidentemente, ele não explica todo o crescimento do ISS observado. Só de pagamentos de auto de infração: 400 milhões esse ano. Autos de inflação do ISS. Então, sim! A CPI teve o seu papel; É importante para a Cidade.

importante para as receitas. Mas ela explica boa parte do crescimento, mas também outras ações, Como eu falei, a retomada da atividade econômica, o Marcos colocou muito bem aqui, de fato atividade econômica está retomando. Só quero fazer um paralelo, compara com o ICMS. No ISS tem algo a mais. Em relação ao ISS que está crescendo três e meio. É claro que os serviços são mis dinâmicos nessa retomada. Esse ICMS é focado, boa parte, em mercadorias, apesar de que tem ali energia elétrica, serviços de telecomunicações. Mas o ISS tem algo mais produto do esforço fiscal nosso, da CPI, e também de retomada das atividades econômicas, especialmente no setor de serviços.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Só para complementar. Teve um slide que eu não consegui definir exatamente qual, mas o senhor fala do crescimento das receitas referentes a aplicações. O que seriam essas aplicações? Aplicações financeiras? E qual o montante que temos em aplicações hoje?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU - Hoje, nossa posição de caixa, está com 12 bilhões e 700 milhões de reais. Em relação ao ano anterior ela representa um crescimento de um bi e meio. Estamos com um bi e meio a mais de disponibilidade de caixa em relação ao mesmo período do ano anterior. Mesmo período do ano anterior estava por volta de 11 bilhões e pouco. Então estamos com essa diferença de um bi e meio. Esse saldo médio, por mais que a taxa SELIC do ano anterior é maior do que desse ano, esse saldo médio, fez com que o rendimento da disponibilidade de caixa fosse maior...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) - E por que Secretário, manter tanto dinheiro aplicado, ao invés de utilizar na cidade que sofre tanto com diversos pontos? Qual a explicação que o senhor pode nos passar?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Bom, eu não diria que estamos com tanto dinheiro em caixa assim. É importante lembrar, por exemplo, em 2018 a gente terminou com um saldo de disponibilidade de caixa de aproximadamente, 7 bilhões. Só que desses 7 bilhões, têm duas partes. Têm os recursos vinculados como, por exemplo, as operações urbanas os fundos de aplicação e o recurso livre do Tesouro que é que podemos pagar boa parte das

nossas despesas correntes, folha e tal. Na parte do Tesouro, nós terminamos com uma disponibilidade de caixa, no final do ano de 2 bilhões de reais. No começo de 2019, ela chegou a alcançar valores próximos a um bi e meio. Se voltarmos a dois anos antes, lembrando o pior da crise, quando a gente fechou com um caixa de um bi, no começo no ano a gente teve quase um problema de pagamento. Chegamos, por exemplo, com disponibilidade do Tesouro por volta de 500 milhões. Esse valor é um valor para as nossas despesas correntes, um valor muito crítico. Para você ter uma ideia, aquilo que a Secretaria do Tesouro considera razoável para dar notas “B” ou “A” principalmente “B” que partir daí ela permite financiamentos com garantia da própria União, ela exige uma poupança corrente de 5 pontos percentuais, em relação a nossa receita corrente líquida. O que são cinco ponto percentuais em nossa receita corrente líquida de 50 bi? Dois bi e meio. Então terminar o ano como uma disponibilidade de caixa de 2 bi meio, é mais ou menos o valor correspondente a poupança corrente que ela é exigida. E por que isso? Porque as receitas podem flutuar de acordo com a receita, e nosso principal tributo ISS é muito sensível à atividade econômica. Enquanto nossas despesas são rígidas: pessoal; custeio; do serviço público, é majoritariamente a nossa despesa. Então uma despesa rígida, uma despesa que flutua, uma reserva por falta de 5 pontos percentuais na nossa receita líquida é uma reserva própria Secretária do Tesouro sugere como uma reserva importante para isso.

Então eu não diria que nós estamos com uma disponibilidade de caixa muito alta. De fato ela está um pouco mais de um bi e meio, maior do anterior. Mas volto a dizer, estamos com quase 4 bi de recursos disponíveis para investimento, e vamos observar essa retomada nos gastos. Imagino que iremos fechar o ano, não muito longe das disponibilidades de caixa, observando o recurso do Tesouro, observadas no ano anterior.

A SRA. SONINHA FRANCINE (CIDADANIA23) – Obrigada Presidente. Em relação a essa reserva, quem decide assim, existe um padrão nacional, municipal, recomendação do Banco Central para essa porcentagem da reserva? Porque é seguinte: as despesas rígidas são gigantescas, mas também são bastante previsíveis. Tivemos um problema quando começou ano com 500 milhões de reais de reserva, mas, principalmente, porque teve as despesas

rígidas muito subdimensionadas. Tínhamos um orçamento para 2017 que deixou de prever um milhão de recursos para subsidiar a compensação tarifária]. Ah eram apenas 500 milhões.... Mas o problema não só esse. O problema é que gente não se preparou como deveria para as despesas rígidias. Agora dois bilhões e meio, me parece muita coisa quando a gente tem demandas, por exemplo, de desembolso de 500 mil reais para fazer obras de drenagem que vão ter um impacto na vida das pessoas, que vem primeiro lugar, é para isso que estamos aqui, afinal de contas, mas até um impacto nas receitas. Porque se temos áreas que são assoladas por enchentes todo ano, que uma intervenção de drenagem, tem alguns que já estão em estágio de projeto Executivo, só faltava fazer mesmo a intervenção. Quando temos a enchente, além de toda necessidade de ação de serviços públicos, de Subprefeitura, defesa civil, assistência social, em muitos casos ainda temos uma renúncia de IPTU, por que as pessoas têm o direito de não pagar o IPTU quando o seu imóvel é afetado por uma enchente. Quer dizer, estamos fazendo uma poupança, qual é o tamanho razoável dessa poupança? Quando a gente precisa fazer alguns gastos que também vão significar economia de despesas, tipo reação às enchentes, manter uma receita de IPTU que as pessoas têm de pagar, e ainda por cima, diminuir o impacto negativo brutal na vida de muitas pessoas. Então é uma pergunta em relação a esse valor aí, dessa poupança. Qual é o razoável afinal?

Outra coisa. Tem uma pergunta que faço todo trimestre, é sobre o andamento daquela possibilidade de troca de precatório, por dívida, por crédito, enfim. Sobre o andamento de investigações quanto à fraude na concessão de incentivos fiscais. Tem um processo que eu tomei conhecimento. Um procedimento do TCM, de alguns anos atrás que mostrou que algumas empresas solicitaram o incentivo fiscal para o desenvolvimento da zona Leste dizendo que estavam criando ali postos de trabalho. Empresas de telemarketing. E aí quando o TCM foi lá vistoriar, não tinha um posto de trabalho. Era só uma sala alugada e nenhum emprego gerado na zona Leste. Mas recebendo o benefício fiscal correspondente. Então se isso teve avanços por parte da Fazenda?

Outra pergunta - isso a gente conseguiria descobrir, mas de repente o senhor tem a

resposta fica mais fácil - Se o os recursos da Operação Urbana, Água Branca que estavam congelados por ordem judicial continuam, congelados?

Quantos aos repasses federais reduzidos esse ano até que ponto isso acontece dentro da legalidade, quer dizer são recursos em que o Governo Federal teria o direito de não realizar, ou se o Governo Federal está deixando de fazer repasses de contratos em andamentos, repasses obrigatórios. Obrigações que o Governo Federal tem com o Município.

Se temos novidades quanto a - novidade digo - notícias quanto ao andamento da Reforma Tributária? Falamos muito sobre isso na semana retrasada. Os riscos que isso traz de uma queda de receita para o Município. Qual é o andamento disso?

Uma pergunta também que não tem a ver com apresentação de hoje, mas apareceu em uma análise de um projeto de lei recente. A maioria das multas não é paga. As multas, acho que de código de posturas municipais...queria entender o que a gente pode fazer em relação a isso. Como assim a maioria das multas não é paga? Veio em uma resposta. Alguém consultou a Secretaria da Fazenda olha que tal esse projeto de lei que muda o valor das multas aplicadas, segundo a lei da limpeza urbana? E a resposta foi assim: considerando que a maior parte das multas não é paga...Quer dizer, existe alguma coisa que a gente possa fazer a respeito? Sei que teve um avanço em anos recentes com o começo da digitalização dos procedimentos, os agentes vistorres irem a campo com o *tablet*, com formulário padronizado, mas parece que a gente está precisando dar mais um salto nisso.

Já terminando, agora por conta da discussão do projeto da anistia, a gente acabou falando sobre impostos sobre a propriedade de um modo geral e eu pergunto se existe algum estudo, alguma possibilidade de se propor um parcelamento do ITBI por imaginar o seguinte: uma pessoa paga o imóvel financiado em 15, 20 anos, aí ela tem o direito de fazer a transferência para o seu nome, aí ela tem de desembolsar 3% do valor do imóvel, mas o imóvel é um capital imobilizado, não vira dinheiro. Você não tira uma parede para pagar o imposto de transferência.

Então, falamos dos impostos sempre corrigindo o passado: anistia, remissão. Mas

pensando como uma medida não para os inadimplentes, mas pensando na quantidade possível de contratos de gaveta, quer dizer, se a pessoa pudesse fazer o pagamento de ITBI em parcelas, eu acho que a possibilidade das pessoas regularizarem a situação dos seus imóveis era razoável.

Por último, um comentário. É impressionante que quando a gente fala dos fatores que podem incidir sobre a perda de receita, dou sempre como exemplo a greve dos caminhoneiros no ano passado, que você tem uma queda da atividade econômica. Agora, pensar que a gente teve uma queda de receita de multa porque depois que faz um recape demora em fazer o radar de velocidade voltar a funcionar, isso até onde o senhor sabe porque não é da sua alçada, mas isso é inevitável, é uma consequência inevitável do recape ou a gente é ineficiente na hora de reimplantar os serviços?

É isso. Obrigada.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU - Bastante assunto. Vamos lá.

Quanto se existe algum limite legal, alguma obrigação de deixar a disponibilidade de caixa, o volume de disponibilidade de caixa, o que a Lei de Responsabilidade exige é que a gente tenha em disponibilidade de caixa os ativos necessários e suficientes para honrar as nossas obrigações e aí estamos falando principalmente de restos a pagar.

Então, em uma virada de um ano para o outro, sempre há, por exemplo, terminou o ano de 2018 com aproximadamente dois bilhões de recurso do Tesouro disponíveis, na disponibilidade de caixa, mas quanto disso foi de fato contabilizado como resultado superávit financeiro apurado no ano anterior que pode até ser lastro para aumento de dotação e já estamos usando isso como um lastro de dotação nas movimentações orçamentárias? Só foi apurado no balanço por volta de 800 milhões. Essa diferença entre dois bi e 800 milhões foi justamente as obrigações de curto prazo a serem pagas. Então muito bem lembrado que a gente não pode simplesmente olhar a disponibilização de caixa sem olhar o passivo que ela tem que cobrir. Então é isso. No ano passado, então, a gente tinha livre de recurso do Tesouro, que tem mais liberdade para cobrir as coisas, por volta de 800 milhões. E aí vamos pensar na

nossa arrecadação de 60 bi. Então 800 milhões representam 1,2-1,3% da nossa receita total. E prefeituras têm uma volatilidade em relação à atividade econômica muito sensível – não só atividade econômica, mas, principalmente, atividade imobiliária.

Então, numa variação do crescimento econômico, basta observar as previsões do mercado financeiro como um todo, não precisa nem ser nossa. Pega as previsões do mercado. Como começa o ano prevendo o PIB, e, depois, como termina o ano prevendo o PIB. Você vê observações de um ponto percentual, e até maiores do que essa. Então acho que, nesses últimos anos, eu não posso dizer que a gente nadou em águas calmas, em disponibilidade sobrando, muito pelo contrário. Acho que foi prudencial e minimamente preparado para absorver flutuações da atividade econômica ou da atividade imobiliária.

Outro ponto, pela ordem que eu anotei: a compensação de precatórios com a dívida ativa.

Eu tenho os números. Mas está sendo um fiasco. Muita pouca adesão, muitos poucos valores colocados. O prazo ainda está aberto. É até o final deste mês. E depois disso a gente vai ter que olhar e avaliar. Tem que esperar o mês fechar, porque, às vezes, as pessoas deixam tudo para o último momento.

Eu estou com os números precisos aqui. Requerimentos homologados: 215 mil reais. Requerimentos efetuados, aí um valor um pouco maior: 1 milhão e 400 mil. Então, entre o requerimento e a homologação, porque você vê os documentos, tudo, ainda tem esse espaço para tal. O prazo foi prorrogado até o final deste mês.

Vamos fazer uma avaliação, um diagnóstico, quais estão sendo as dificuldades em fazer essa compensação. Uma coisa que a gente vem sentindo é que dificilmente aquele que tem o precatório tem dívida ativa. Então tem que haver uma transação entre eles. E parece que esse reconhecimento do título de precatório e a sua transferência para o terceiro não é tão simples assim, precisamos discutir com o Tribunal de Justiça meios de fazer essas transferências serem reconhecidas de uma forma mais simples e mais segura. Esse é um primeiro diagnóstico que a gente tem observado. Mas a gente precisa ainda estudar. Bom, o

período está aberto. Fecha o final do mês agora. E aí vamos avaliar e ver o que tem Mas, por enquanto, apenas 1 milhão e 400, os quais estão ainda em processo de homologação. Mas, homologados, 215 mil reais.

Na zona Leste. Eu acho que eu trouxe isso na audiência passada: 19 empresas participaram do programa. As inscrições encerraram em meados deste ano. Então 13 empresas da região foram fiscalizadas, das quais 3 foram excluídas do programa com base nas nossas fiscalizações. Nove empresas hoje estão no programa. E o total de crédito lançado nas empresas (Ininteligível): 2 milhões e 600 mil reais. Então, sim. Depois a gente pode passar até informações sobre que procedimentos foram esses, qual foi a motivação da autuação. Mas houve de fato uma atualização e o descredenciamento decorrente dessa autuação. Mas outro programa também que não logrou resultados tão expressivos. Você vê renúncias pequenas: hoje, nove empresas apenas estão aderentes ao programa, o que faz com que a gente tenha que ter mais cuidados e pensar melhor os programas de incentivo para o desenvolvimento econômico de uma região, de um setor ou qualquer que seja.

Operação Urbana: continuam bloqueados os recursos. A informação que eu tenho é de duas semanas atrás. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano, junto com a nossa Procuradoria, estavam fazendo gestões com o Ministério Público para viabilizar toda a demonstração da aplicação dos recursos de acordo com o preconiza a lei, para que a Justiça desbloqueie o recurso. Mas a informação de duas semanas atrás, Vereador, eu não tenho aqui de bate-pronto para isso, mas é de que ainda estavam bloqueados, sim, o que justifica boa parte desse saldo alto, porque boa parte dos recursos estão ali.

Bom, quanto a repasses federais, o que a gente vem observando é uma queda observada, principalmente nos voluntários. Então estamos falando de PAC, estamos falando de *Minha Casa, Minha Vida*. Até mesmo a gente teve que aprovar aqui alteração do limite do valor dos imóveis para os quais os recursos da Prefeitura poderiam ser alocados para construção de unidades habitacionais. E o valor de 100 milhões do financiamento vem, de certa forma, suprir essa diminuição dos repasses para o *Minha Casa, Minha Vida*.

Não temos observado o descumprimento de obrigações de repasses obrigatórios. O Marcelo está aqui, talvez possa falar a fundo da Assistência Social. Mas não temos conhecimento sobre diminuição ou sobre repasses obrigatórios, mas, principalmente, nesses discricionários; *Minha Casa, Minha Vida*; e as obras de infraestrutura do PAC.

Bom, multas não pagas de fato.

Olha, tem um grupo de trabalho a postos com membro da Procuradoria, da CET, seja para cobrar as multas de trânsito inadimplentes, seja para viabilizar as ações na maior urgência possível de colocar em pé o aparato de fiscalização, que é tão importante para o controle do trânsito em São Paulo. Volto a dizer: é mais do que uma questão de arrecadação. A gente percebe os reflexos disso na arrecadação. Mas o ponto é colocar para funcionar os equipamentos que estão aí e a própria estrutura operacional da CET que está aí para promover a segurança no trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Secretário, só um minutinho, por favor, que eu preciso informar a todos.

Tendo em vista o art. 58 do Regimento Interno, por falta de quórum, deixa de abrir os trabalhos da primeira reunião extraordinária. Estão presentes os Vereadores Alessandro Guedes, Soninha Francine e Fernando Holiday. E esta sessão extraordinária estava convocada para as 11h. Deixamos de abri-la. E agora está prevista a ordinária para 11h30.

Retorno a palavra ao Secretário.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Quanto à sugestão do ITBI, de fato é alguma coisa que a gente está estudando. Acho que o parcelamento é uma boa sugestão. Concordo com a visão que a senhora trouxe que muitas vezes é um recurso que é difícil de separar ali da transação, praticamente impossível. E há estudos de parcelamento disso, outros entes da federação credenciam instituições que oferecem esse serviço de crédito aos contribuintes, mas paga à vista o valor para Prefeitura, por exemplo, o que foi feito no estado, com o uso do cartão de crédito para pagar as dívidas de IPVA. Por exemplo, essa é uma alternativa que está sendo estudada ou o próprio parcelamento, por meio da Prefeitura, como a Prefeitura faz com

parcelamento do IPTU, dá um desconto para quem paga à vista ou defini lá 10 parcelas sem desconto. Essas são as alternativas que estão sobre a mesa sendo estudadas, mas compartilho da visão da facilidade que isso possa ter na vida do contribuinte.

Sobre a reforma tributária tem muita coisa acontecendo, muitos debates acontecendo, a Câmara dos Deputados está fazendo seminários regionais por todo o país, todas as regiões do país. Tivemos um aqui em São Paulo, na semana passada, onde eu pude participar de um painel que visava a discutir os efeitos da reforma tributária para os municípios e eu falo um pouco mais sobre essas discussões mais à frente. Essa discussão é no âmbito da PEC 45. Que é um projeto que está tramitando na Câmara dos Deputados, além dele, está tramitando outro projeto que é do Deputado Luís Miranda, mas faz alguns ajustes na PEC 45, mas por hora está um pouco parado. No Senado o relator Roberto Rocha apresentou o seu relatório da reforma da PEC 110. Na PEC 110 o relatório apresentado melhorou as condições para os municípios, prevendo autonomia a eles na definição de alíquotas, coisa que a proposta original sequer tinha. Era muito problemático os municípios por conta de colocar os municípios numa situação basicamente de receber repasses apenas dos recursos arrecadados e administrados pelo Estado. Ele atenuou isso, mas entre todas as propostas colocadas na mesa aquela que menos fere a autonomia por enquanto é a PEC 45 na Câmara dos Deputados.

Nós aguardamos e a gente percebe sinais do Congresso aguardando o posicionamento do Governo Federal. O Governo Federal tem sinalizado que uma reforma tributária que envolva tantas mudanças é muito mais complicada de ser discutida então é melhor dar passos seguros e paulatinos do que de repente fazer uma reforma como essa da PEC 45, que une cinco tributos num só e cria uma entidade supranacional para administrar essa arrecadação e a partilha desses recursos para todos os entes da federação.

Mas a gente está aguardando. Ontem mesmo o próprio Ministro Guedes nos jornais, ontem saiu a indicação dele que nos próximos dias vai apresentar a reforma tributária que ele almeja. Quanto a nossa participação nesse debate, nós tivemos aqui na Câmara naquela semana e ontem mesmo o seminário e percebemos também outros municípios

colocando as preocupações sobre o tema especialmente a autonomia dos municípios, a importância da paridade no comitê gestor, a questão dos Municípios não terem as prerrogativas de propor projetos de lei, ou definir as suas alíquotas, como era o caso originalmente previsto na PEC 110. As perdas a gente percebe pelas nossas contas como o ISS responde de forma mais dinâmica o crescimento econômico em relação às outras bases, aos outros tributos e o quanto isso significa de perda, por exemplo, projetadas para os próximos anos.

Mostramos aqui na Câmara, mesmo com a transição dos 50 anos, que nos 10 primeiros anos temos perdas relevantes na ordem de 10 bilhões e depois mais 55 milhões nos dez anos seguintes. Outros municípios começam a colocar preocupações semelhantes: o Secretário de Aracaju abordou o problema por outra ótica, os serviços que a administração municipal adquire passarão a ter um aumento de carga tributária expressiva, então tem efeitos segundo as contas que ele demonstrou de 200 bilhões de reais para as prefeituras como um todo, só no aumento do custo dos serviços a que estariam sujeitas porque a tributação agora sobre produto vem maior, mercadorias e serviços, principalmente os serviços que seriam majorados.

Os municípios vêm colocando aqui preocupações, por exemplo, o município de Manaus, Aracaju vem colocando no debate isso e percebemos certa sensibilidade dos Parlamentares, mas volto a insistir ainda é importante continuar o debate mostrando os riscos de perda de autonomia, os riscos de perda de receita, as possibilidades de fraude, aquilo que a gente vem discutindo. Hoje no ICMS a mercadoria como crédito ainda gera muitas fraudes decorrentes de uma nota fria, onde vem a mercadoria, mas não houve de fato aquisição nenhuma de mercadoria, mas na fiscalização você consegue confrontar aquelas notas com estoque, volume de produção. Você consegue inferir que há ali fraude, serviços imaterial que não é estocável é muito mais difícil de controlar. Então essa sistemática de valor adicionado tendo serviços com geração de crédito é algo que preocupa bastante do ponto de vista do potencial de aumento da sonegação.

Enfim essas preocupações estão sendo colocadas no debate. O único movimento em relação as últimas duas semanas da última vez que discutimos foi o avanço da PEC 110 no Senado, com apresentação do relatório do Roberto Rocha, que atenuou um pouco a perda de autonomia para os municípios na PEC 110. Os movimentos recentes são esses seminários regionais onde os municípios estão sendo convidados e está sendo aberto. A gente percebe uma disposição ao diálogo, isso que é importante, mas esse diálogo tem que se fazer com muito debate, muita discussão. Iniciativas como a que teve na Câmara duas semanas atrás, outros que puderem vir, são sempre muito bem-vindas para ampliar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Questiono se alguém mais quer fazer o uso da palavra? (Pausa). Quero agradecer a presença do Secretário Philippe Duchateau, todos os presentes componentes da Mesa, agradeço o representante do TCM, Sr. Marcos Chust e a todo público presente. Nesta audiência quadrimestral da LRF estão encerradas a nossa audiência pública.
